timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XI PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 110 MARÇO 1995

TUDO É TARDE DEMAIS

Em relação a Timor Leste, o regime indonésio entrou na contradição permanente da qual já não conseguirá sair. Qualquer que seja a iniciativa, vem tarde demais, está condenada à partida.

Os últimos acontecimentos, nomeadamente a resposta de Jacarta à reunião intra-timorense que deveria ocorrer em Salzburgo, são eloquentes.

Muito fora do tempo propício, a Indonésia lançou os "encontros de reconciliação", protagonizados por Abílio Araújo e Lopes da Cruz, tentando criar a ilusão de que representantes do povo timorense ratificavam, no essencial, a política de Jacarta para a sua "27ª província".

Lentas e por vezes hesitantes na preparação, nulas nos resultados alcançados - o ex-dirigente da Fretilin confessou que Suharto não tinha aceite nenhuma das conclusões do 2º encontro, realizado em Chepstow, assim como a "peregrinação" a Fátima de Lopes da Cruz, na sequência do 1º encontro, se tinha já saldado por um verdadeiro fiasco - sem credibilidade nem no interior nem no exterior de Timor Leste, estas reuniões não conseguiram sequer convencer a própria opinião pública indonésia.

Ao contrário do que, naturalmente, os seus promotores esperavam, a "reconciliação" não teve força para "arrastar" ninguém, não provocou nenhuma dinâmica nova, nem criou alternativas de poder para o território. Pequena nasceu, num círculo fechado ficou.

Em compensação, a popularidade e a confiança na Resistência timorense têm crescido, particularmente na Indonésia, onde Xanana se tornou um elemento de referência para os jovens e para os activistas prô-democracia.

Nos últimos três anos, a comunicação entre os nacionalistas timorenses e a sociedade indonésia tem-se intensificado a um ponto inimaginável há algum tempo atrás e a forma corajosa como os timorenses se expõem perante o inimigo para fazer ouvir a sua voz inspira cada vez mais a luta pela democracia no reino de Suharto.

Aparentemente, a ONU recolheu as pistas elaboradas por Jacarta: o encontro intra-timorense vem na sequência das "reconciliações", a lista dos convidados a participar não inclui nenhum elemento da Resistência do interior e todo esse grupo, com excepção talvez do Bispo Ximenes Belo, está de tal forma sujeito à pressão directa das forças de segurança, que não tem praticamente margem de manobra, se quiser continuar a viver no Timor Leste ocupado.

Porquê, então, a guerra movida por Jacarta à ONU, ao ponto de ter retirado o ténue véu que cobria a posição equilibrista de Abílio Araújo e de ter "empurrado" cerca de 5.000 timorenses para um protesto de rua, em Díli, contra a organização internacional e o seu Secretário-Geral?

Já nada contenta o regime indonésio, porque a confiança em si próprio desapareceu.

A condenação internacional da violação dos direitos humanos e da ocupação ilegal de Timor Leste acompanha os dirigentes indonésios por esse mundo fora, onde quer que vão.

Os jovens educados no interior do sistema indonésio, sujeitos aos seus valores e cultura, desafiaram directamente o poder no centro da sua sede, durante a cimeira da APEC minuciosamente preparada e controlada.

O apoio à autodeterminação de Timor Leste espalha-se por entre significativos sectores da sociedade indonésia.

Sendo a responsabilidade da organização dos encontros intra-timorenses da ONU, Jacarta não pode controlar a iniciativa e por isso rebela-se.

Para qualquer observador exterior, porém, esta questão é apenas um detalhe: de facto, a Indonésia está a perder o controlo de todo o processo.

O adiamento da reunião marcada para Salzburgo é sintomático: pode evitar-se temporariamente o que se teme, mas não pode fugir-se à história.

neste número:

JACARTA: TUDO É TARDE DEMAIS

NOTAS SOBRE A SITUAÇÃO INTERNA

MAPUTO: QUEM MARCA PONTOS?

NOTAS SOBRE A SITUAÇÃO INTERNA

À medida que se aproxima o momento de decidir sobre a continuidade ou substituição de Suharto, crescem as tensões na classe dirigente indonésia

Nas últimas semanas, um documento de 17 páginas, sem assinatura e sem data e com o título "Notas sobre a situação interna", tem circulado em Jacarta.

Algumas fontes atribuem a sua origem, pela linguagem em que está redigido, a sectores tradicionais do Exército. Outras atribuem-no a um funcionário reformado dos serviços de segurança e dizem-no circulando entre os ministérios (*Far Eastern Economic Review*, 16/3/95).

O documento é um forte ataque à dupla Habibie-Harmoko. O primeiro é Ministro da Investigação e Tecnologia e o grande impulsionador de uma associação de intelectuais islâmicos, o ICMI. O segundo é Ministro da Informação e Secretário Geral do Golkar, o partido que está no poder desde o golpe de 1965. Ambos são tidos como "*muito próximos*" de Suharto e vistos como potenciais candidatos à sucessão presidencial.

Faltando, embora, elementos para avaliar do seu real significado, o documento não deixa de exprimir algumas das inquietações e medos que atravessam a classe dirigente indonésia, nas vésperas de se encontrar um sucessor para Suharto.

Dividido em três capítulos, o documento aborda a situação política nacional, os partidos políticos e as organizações sociais e as ONG.

COM O APOIO DE SUHARTO?

Começa por constatar que existem na Indonésia problemas que podem conduzir à instabilidade social. O governo tem perdido autoridade, transmitindo uma imagem de grande confusão no seu seio. Este facto deve-se à fraca qualidade de alguns dos seus ministros, os quais têm sido alvo de críticas e de pedidos de resignação pela sua ineficácia. Estão neste caso os da Educação, do Trabalho, da Investigação e Tecnologia, da Juventude e Desportos, do Interior e as próprias FFAA. O Pancasila [a ideologia oficial do Estado indonésio que todas as organizações - políticas e sociais - estão obrigadas a subscrever] e o conceito totalitário de Estado têm vindo a ser desafiados por várias forças, entre as quais o LBH [Instituto de Ajuda Legal, uma associação de advogados que se encarregou, entre outros, dos casos de Xanana Gusmão e de todos os presos políticos timorenses], o que pode conduzir à desintegração da nação.

O encerramento dos semanários em Junho de 94 constituiu um retrocesso no processo de democratização do país.

Esta perda de autoridade do governo tem conduzido a um aumento da criminalidade e das tensões raciais. O documento interroga-se sobre se estas perturbações da ordem não estarão a ser coordenadas por alguém. A frequência das greves no sector laboral sugere, de igual modo, uma tentativa coordenada de criar agitação social. Por outro lado, o ICMI tem tentado criar no seio das FFAA o seu próprio grupo, a que se opõem os chefes dos três ramos e mais o da Polícia. E o documento pergunta: este grupo tem o apoio de Suharto?

REFORÇAR A "TROIKA"

Sobre os partidos políticos, o documento salienta que o conceito de "soberania do povo" tem vindo a ganhar importância.

Relativamente às eleições de 97, os votos do PPP [Partido da Unidade para o Desenvolvimento, o partido islâmico] deverão baixar, devido às suas divisões internas e às interferências do governo [que impôs uma direcção política a seu gosto]. Em compensação, os votos no PDI [Partido Democrático da Indonésia] deverão aumentar, mais por inépcia do governo do que por virtude do partido, a quem ainda faltam coesão e força interna.

O PDI, com Megawati [a filha mais velha de Sukarno, eleita para dirigir o partido após um atribulado congresso], ganhou uma imagem de "partido da oposição".

Quanto ao Golkar, o ICMI está a tirar partido das fraquezas da direcção de Harmoko. Este é apoiado por aventureiros, oportunistas e ignorantes da situação real em que se encontra a Indonésia. Visando "tirar vento às velas" do PDI, o Golkar tem desenvolvido uma política de apoio às classes sociais mais desfavorecidas - bolsas de estudo a estudantes pobres, etc. Contudo, casos como o de Kedungombo, Nipah [expropriação de terras aos camponeses para construir barragens], os campos de golfe, o crescente desemprego, produzem um efeito contrário. Em face desta situação, será difícil para o Golkar aumentar a sua votação nas eleições de 1977. E o documento conclui: a campanha eleitoral do Golkar não terá sucesso sem uma melhor cooperação com as FFAA e a Burocracia de Estado.

CONTROLAR A MOVIMENTAÇÃO DE BASE

Quanto às organizações sociais e às ONG, o documento considera que muitas delas são demasiado orientadas pelo governo para serem eficazes. As interferências deste nas associações islâmicas apenas vieram dar força e popularidade a Abdurrahman Wahid [vulgarmente conhecido como Gus Dur, é uma das vozes críticas do regime, inclusivé na política de Timor]. O documento reconhece que nunca a actividade das ONG foi tão intensa como em 1993 e que a acção do governo para as controlar é positiva, pois muitas movem-se por interesses políticos da oposição ou trabalham para interesses estrangeiros.

QUEM MARCA PONTOS EM MAPUTO?

Presente na VI Jornadas de Timor da Universidade do Porto, o grupo moçambicano de solidariedade para com o povo de Timor Leste relatou a sua experiência recente

"(...) 1. Na manhã de 27 de Fevereiro entregámos para publicação no Notícias, *o único jornal diário de Maputo, um artigo com o título "Moçambique vai trair Timor Leste". Pelos restantes órgãos da comunicação social distribuímos um comunicado, em dois pontos: o primeiro denunciava a crescente cumplicidade do governo de Moçambique para com a Indonésia e o abandono da política governamental de solidariedade e apoio à causa timorense; o segundo ponto apelava à opinião pública, à imprensa e às organizações e personalidades de maior prestígio em Moçambique a protegerem o povo timorense e exigirem ao governo que reconsiderasse as suas posições. Neste mesmo dia, no período da tarde, o Conselho de Ministros, reunido em sessão ordinária, tomava medidas de reactivação do apoio à causa de Timor Leste. Tais medidas nos surpreenderam, mas as saudámos.*

O nosso artigo não chegou a ser publicado, mas o comunicado foi.

2. A 8 de Março o boletim Imparcial *deforma tendenciosamente afirmações da Fretilin e do grupo de solidariedade.*

3. A 9 a Fretilin emite uma declaração como resposta indirecta ao Imparcial. *Neste dia o porta-voz da AR comunica ao grupo de solidariedade que a comissão permanente daquele órgão aprovara a nossa proposta de criação do grupo "Parlamentares por Timor Leste", e que ela seria em breve apresentada aos deputados.*

4. A 10 de Março o semanário Savana *publicava um artigo nosso com o título "Indonésia vs Timor Leste: quem marcou pontos em Maputo?". (...).*

6. A 15 o semanário Demos *publica o nosso artigo "Contribuição para um código das relações Moçambique-Indonésia".(...).*

Detalhemos um pouco o sentido e significado geral destes eventos.

(...) Do estabelecimento de relações diplomáticas Moçambique-Indonésia, em Agosto de 91, às recentes decisões do governo, a política moçambicana de apoio a Timor percorreu duas fases. Na primeira (1991-92) o governo soube gerir equilibradamente o seu apoio a Timor e a sua relação política com Jacarta. Na segunda fase (1993/94) o governo nada fez pela causa timorense, tomou medidas só favoráveis à Indonésia, tendo algumas delas prejudicado politicamente a Resistência Timorense.

Estando nós ao corrente desta situação, vendo que o novo governo eleito nada empreendia por Timor e mantinha no seu seio quem no executivo anterior não se batia por esta causa, decidimos avançar com a denúncia.

Como se explica então que o governo moçambicano tenha subitamente reactivado o «dossier» Timor Leste? O Conselho de Ministros instruiu o MNE para um maior acompanhamento do caso timorense, para um contacto mais estreito e regular com os movimentos nacionalistas timorenses e destacou um quadro com o nível de embaixador para se ocupar destes assuntos.

Ainda não temos dados seguros para explicar o sinuoso percurso do governo. Por isso, só podemos adiantar meras hipóteses especulativas.

Diz-se que Maputo não abandonou os timorenses, mas que apenas esteve a executar uma manobra táctica, durante os dois últimos anos, para evitar que Jacarta viesse a apoiar a Renamo no processo eleitoral moçambicano. Outros argumentam que Maputo quis realmente virar-se para a Indonésia, mas apercebendo-se da crescente importância internacional do caso timorense, decidiu recuar, para não "perder o comboio". (...).

Em função da futura prática do governo poderemos vir a admitir que ele nunca quis abandonar o apoio a Timor e que nós é que interpretámos mal as peculiaridades da política externa moçambicana.

Em todo o caso, o grupo de solidariedade tem razões para se manter vigilante, e vai manter-se.

Das nossas propostas actuais ao governo, queremos salientar duas: uma é sobre a elevação de uma representação oficial timorense, em Maputo, ao nível de embaixada, porque Moçambique reconheceu a República Democrática de Timor Leste e com ela estabeleceu relações diplomáticas em 1976.

A outra proposta é um código do relacionamento económico Moçambique-Indonésia. Prevê-se para este ano que o Chefe de Estado e o Primeiro-Ministro visitem oficialmente Jacarta, e por isso os amigos moçambicanos de Timor Leste querem que se faça um debate prévio e se chegue a um consenso de princípios sobre que tipo de cooperação económica se pode estabelecer nas actuais circunstâncias de Moçambique, da Indonésia e de Timor Leste.

Acordos económicos com a Indonésia não devem conter imposições políticas de Jacarta a Maputo, nem mecanismos e instrumentos que coloquem a Indonésia na situação de poder pressionar e exercer chantagem sobre Moçambique por apoiar Timor Leste.

Sabemos que a Indonésia foi autorizada a reabilitar o hospital provincial de Nampula e a abrir um banco em Maputo, mas desconhecemos as bases da aprovação destas iniciativas. Mais uma vez estamos perante a falta de transparência e explicação governamental, sendo mesmo estas as principais características do Governo de Moçambique quando o assunto é Timor ou a Indonésia.

Temos de dizer-vos que somos um grupo de solidariedade que actua num país em complexa situação sócio-económica, e basta indicar-vos dois números dramáticos: só para este ano o serviço da dívida externa atinge os 500 milhões de dólares, num Moçambique cujo orçamento geral do estado é constituído por donativos estrangeiros. Ou seja: se na questão timorense não permitimos que o governo ceda um milímetro sequer, já na questão da cooperação com a Indonésia teremos de engolir vários sapos.(...).

Este é o ponto da situação da nossa luta actual pela manutenção do apoio oficial moçambicano a Timor Leste.

Quero ainda informar-vos que o cardeal de Maputo, D. Alexandre dos Santos, se avistou com D. Ximenes Belo e com o cardeal de Jacarta, e tanto nestes encontros como depois, publicamente, defendeu o direito dos timorenses à auto-determinação.(...)."

INDONÉSIA: MEMÓRIAS LEVA-AS O VENTO

José António das Neves, estudante de teologia e secretário da Renetil

(Resistência Nacional dos Estudantes de Timor Leste) foi condenado em 15 de Fevereiro passado a 4 anos de prisão por actividades contra a segurança do Estado. Neves tinha sido preso em Maio último numa Estação de Correios da cidade de Malang, ao tentar enviar por fax para o exterior informações sobre a violação dos direitos humanos em Timor.

Em 26 de Fevereiro, aquele dirigente timorense tornou pública a sua posição face à sentença a que foi condenado: "*1. rejeito a sentença pronunciada contra mim; 2. não apelarei nem tomarei qualquer iniciativa visando recorrer judicialmente a instâncias superiores relativamente à sentença que me foi aplicada. Aproveito a oportunidade para apelar à comunidade internacional para: 1. pressionar o governo indonésio para que este acabe com todas as perseguições a cidadãos de Timor Leste em prisões indonésias; 2. persuadir o governo indonésio a cooperar com as Nações Unidas, Portugal e o Povo Timorense para encontrar uma rápida e inequívoca definição do estatuto político de Timor Leste de acordo com o direito internacional.*"

Entretanto, num seminário realizado em Jacarta para discutir os preparativos para a Cimeira das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Social que teve lugar em Copenhaga, alguns participantes levantaram reservas relativamente a alguns parágrafos da proposta de Declaração.

Um desses parágrafos era o que estipulava a criação de uma estrutura para "*reafirmar e promover a realização universal do direito à auto-determinação dos povos sob domínio colonial ou dominação estrangeira.*"

Um participante no seminário alertou para o facto de que se este parágrafo fosse adoptado poderia ser utilizado hostilmente como base para pedir a separação de Timor Leste.

Outro parágrafo que levantou polémica foi o do reconhecimento e apoio aos povos indígenas. "*Quem são os povos indígenas da Indonésia*", perguntou um seminarista, ao que outro respondeu que tal coisa não existia na Indonésia. "*O que temos é povos em comunidades remotas e isoladas*" acrescentou (*Jakarta Post*, 23/2/95).

Em 1995 a Indonésia celebra o 50º aniversário da proclamação unilateral de independência do jugo colonial holandês.

ALEMANHA: A VEDETA TECNOLÓGICA DE 95

A Indonésia foi escolhida este ano para ser a vedeta da próxi-

ma feira industrial de Hanover, a decorrer naquela cidade entre 3 e 8 de Abril. Para abrilhantar o acontecimento Berlim convidou Suharto a visitar a feira, acompanhado da esposa. A sua chegada àquela cidade está prevista para o dia 1, sendo o convidado de honra para a inauguração oficial no dia seguinte.

Por considerarem que este acontecimento deveria ser acompanhado por outras iniciativas que dessem mais informação à população alemã sobre o que se passa na Indonésia, em Timor Leste e na Papua Ocidental, um diversificado grupo de organizações - abrangendo a Associação de Estudantes da Universidade de Hanover, a secção local da Amnistia Internacional, associações ambientalistas, grupos de solidariedade com Timor Leste e com a Indonésia - vai promover na mesma ocasião a realização de encontros e debates para os quais convidou Domingos Sarmento Alves, o representante especial da Renetil no exterior e Yenni Rosa, uma jovem estudante indonésia presa em Dezembro de 93 acusada de ter insultado Suharto. Esta plataforma vai igualmente realizar uma manifestação no dia 1 de Abril.

E.U.A.: O PÓS-ELEIÇÕES E TIMOR LESTE

Num relatório ao Encontro Europeu de Solidariedade com

Timor Leste, o ETAN/US (*East Timor Action Network/United States*) fez uma avaliação das consequências para a causa timorense da vitória dos republicanos nas últimas eleições para o Senado e para a Câmara de Representantes.

"*A nova maioria Republicana em ambas as Câmaras do Congresso implicou que todos os presidentes de cada subcomissão mudaram e, com eles, os assistentes que tão úteis foram para Timor Leste. Embora alguns apoiantes chave Democratas já não sejam presidentes (casos de Leahy e Pell), continuam empenhados em apoiar a questão, assim como outros Democratas (Hall, Feingold e muitos outros). A causa sempre teve apoio bi-partidário e alguns dos Republicanos mais coerentes (Porter, Hatfield, ...) estão bem colocados. (...). Em todo o caso, muitos Representantes e Senadores de ambos os partidos continuarão a assinar cartas ou a intervir na defesa dos direitos humanos em Timor Leste e alguns, menos, apoiarão a auto-determinação. A maioria dos novos eleitos não tem manifestado apoio à velha política pró-Jacarta já com 20 anos pelo que esperamos recrutar novos apoiantes.*"

Como que a confirmar esta abordagem, Stanley Roth, membro do Conselho de Segurança Nacional dos EUA, em entrevista à *Voz da América* afirmou que, com a nova maioria republicana no Congresso, a questão de Timor Leste continuaria a afectar as relações entre Washington e Jacarta. "*O continuado, elevado grau de visibilidade e atenção no Congresso ao desenrolar dos acontecimentos em Timor Leste vai continuar. Recebo mais cartas sobre Timor Leste nas minhas funções na Casa Branca do que de qualquer outro país da Ásia. Um número de Senadores e de Congressistas segue o problema de muito perto, e é uma área onde permanentes problemas de direitos humanos prejudicam as relações, dão da Indonésia uma má imagem nos E.U.A. que afectam as relações. É pois uma área que temos que continuar a acompanhar.*" (*Voz da América*, 16/3/95).

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3ª E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317